

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

N. 148 - Julho de 1978

A defesa da paz
e da distensão
internacionais

(pág. 3)

EDITORIAL

Levar já para as ruas a campanha das legislativas

A grande preocupação do poder atual, e Geisel não conseguiu escondê-lo ao anunciar seu pacote de reformas, é impedir a participação popular. No discurso que fez, assim como no conteúdo das medidas cuja aprovação quer impor à Arena no Congresso, fica evidente que seu inimigo é a Nação, o povo, a democracia.

Francolino Pereira, triste figura representativa dos tempos que vivemos, disse no discurso pronunciado durante a farsa da entrega a Geisel do «projeto da Arena»: desde antes do início de seu governo, Geisel prometeu a «distensão lenta, gradual e segura», e agora vai cumprindo o que prometeu.

Mentira. É verdade que, antes mesmo de ir para o governo, o chamado grupo Geisel já percebera que, do jeito que iam as coisas, o carro da ditadura acabava capotando. Tiveram ilusões antes das eleições de 1974, perderam-nas em seguida. Mas, desde o início de seu governo, Geisel esteve à frente de um poder arbitrário, que assassinou dezenas de cidadãos, torturou e encarcerou milhares de homens e mulheres por causa de suas convicções políticas. Que aplicou o AI-5, cassou mandatos eleitorais, fechou o Congresso Nacional e ditou as medidas grotescas do «pacote de abril» e da Lei Falcão. Um poder que teve medo do povo, da opinião pública, da organização das camadas, grupos e setores sociais e profissionais, medo da manifestação de pensamento e da liberdade de criação. Medo de tudo e de todos.

E foi o próprio medo do futuro que levou este mesmo Geisel a encabeçar a tentativa de aplicar sua «distensão lenta, gradual e segura». Quem pode ser contra distensão? Lentidão e gradualismo são condições de evolução que podem impor-se num processo

deste tipo. Medidas democráticas seguras? Quem mais do que nós, que estamos visceralmente do lado do povo, pode querê-las?

Mas é disto que se trata? Da obra de alguém que, por uma questão de senso de responsabilidade, esforça-se para fazer o possível? O melhor para todos?

Geisel, produto de um processo de fascitização, não tem grandeza alguma, da mesma forma que o ungido Figueiredo. Em momento algum eles deixaram de ser funcionários aplicados dos interesses beneficiados com o golpe de 64 e o regime que dele resultou. Geisel, Figueiredo, Golbery e toda a legião de seus pares. Estão aí para isso, é isso que as forças que os sustentam esperam deles. E, diga-se de passagem, nós também. Sem ilusões.

A verdade é que foram obrigados pela resistência democrática a recuar e a preparar-se para um jogo de tipo diferente do que vinham praticando até aqui. Estão tentando, sem muito êxito. Têm o pé preso. A violência já não funciona como antes, embora seja uma sedução permanente para estas mentes autoritárias e esteja na lógica do «sistema». Vão usar tudo o que puderem. Mas não podem tudo.

A campanha política destechada contra a formação da Frente, contra o reforçamento da unidade e a ampliação das fileiras da oposição democrática não deve ser subestimada. Assim como a utilização combinada das chantagens («a democracia do pacote de Geisel é a democracia possível») e das concessões. Mas há o que contrapor-lhes. O Senador Franco Montoro, com seus projetos de emendas constitucionais, mostrou isto de forma sagaz. Como já o haviam demonstrado, indiretamente, centenas de milhares de trabalhadores paulistas. Com seriedade e usando a força da unidade e do número.

Mais uma vez, chamamos a atenção dos comunistas e de todas as forças democráticas para uma verdade elementar, que temos procurado reiterar à sociedade: a grande prova de força entre democracia e ditadura serão as eleições legislativas de 15 de novembro próximo.

Tudo o que se conseguir obter de positivo desde já serve para aumentar a margem potencial de vitória do MDB. Todos os passos dados no sentido de estruturar a Frente, colocar em xeque a candidatura da ditadura à Presidência, abrir o caminho para um regime de transição mediante o qual cheguemos a uma nova Constituição e a um novo regime, democráticos, podem perfeitamente ser articulados com a campanha eleitoral de massas. Mais que isso: devem ser articulados a este momento do processo político em que o veredicto, ainda que truncado pelo «pacote de abril» e outras patranhas, sairá das urnas, quer dizer, da cabeça e das mãos de 40 milhões de cidadãos.

E a questão não está só aí. Há mais o seguinte: a possibilidade de reforçamento do papel do Congresso Nacional no processo de busca e encaminhamento de soluções para pôr fim à ditadura depende da força que, dentro dele, tiverem os dois campos que se defrontam hoje, o da democracia e o do regime. Esta força só pode ser medida, nas eleições diretas, face a razões que todos conhecemos, pelos votos dados a cada um dos dois partidos que concorrem. Lutar pela vitória da oposição nas legislativas é vital. A rigor, até mesmo para os arenistas que querem o fim da ditadura. Mas estes não vão resolver o problema. A campanha será feita dentro e pelo MDB. E precisa começar já. Cerca de 100 dias nos separam do 15 de novembro. Cada um deles precisará ser aproveitado.

«Reformas» são
fruto da
resistência

(pág. 3)

Duas ou três
idéias sobre
o futuro

(pág. 5)

As músicas que
não ouvimos
estão à espera

(pág. 7)

Participação militar pode favorecer a democracia

Um dos sintomas mais evidentes do processo de desagregação do regime ditatorial é a crescente insatisfação militar, que transcende os quadros da própria corporação e aparece claramente diante da opinião pública nacional. O fenômeno merece análise e reflexão aprofundadas, no mínimo por duas razões. Em primeiro lugar, pela tradição de participação militar na vida política brasileira, que fez com que as Forças Armadas não tivessem sido, ao longo de nossa história, e não sejam agora, uma instituição imune às tensões e conflitos que atravessam a vida política brasileira. Em segundo lugar, porque este regime sempre fez da unidade das Forças Armadas a pedra-de-toque de sua sobrevivência.

O que estaria ocorrendo neste momento? Por que este súbito mal-estar dentro da corporação militar? E, mais importante que isto, de que modo devem ser concebidas e postas em prática as relações entre as Forças Armadas e as formações políticas, com o objetivo de garantir uma democracia estável em nosso país?

É indiscutível que a candidatura Figueiredo contribuiu em certa medida para o isolamento político do regime, afetando, assim, a sua base de sustentação militar, que se tornou mais restrita. A articulação desta candidatura, os processos e meios de que se valeu o governo Geisel para impô-la ao país (e também às Forças Armadas), não concorreram para reforçar a unidade do dispositivo militar do governo, mas, muito ao contrário, para entruquecê-lo. Não cremos, no entanto, que resida aí o essencial do processo de divisão das Forças Armadas a que estamos assistindo. Parece-nos existir algo de mais alcance e de maior profundidade do que a simples questão «presidencial», por mais importante que ela seja, e mesmo levando-se em conta a surgimento de uma candidatura militar opositora, a do general Euler Bentes.

Consideramos, assim, que as grandes resistências ao nome de Figueiredo dentro das Forças Armadas e o lançamento da candidatura Euler são manifestações de um descontentamento anterior a estes dois fatos.

Nós, comunistas, sempre partimos da visão de que não era possível confundir e integrar num só bloco o aparelho militar da ditadura e a totalidade das Forças Armadas. Mais do que isto, sempre pensamos que a propalada unidade militar em torno do regime de 1964 era mais aparente do que real. E que esta unidade só foi viável enquanto o regime conseguiu manter as forças opositoras e as correntes democráticas em situação de gueto político e social. Isto, hoje, mudou. A opinião democrática é amplamente majoritária no país, e as Forças Armadas não poderiam deixar de perceber e avaliar o conjunto

das mudanças que estão se processando na opinião pública brasileira.

É natural, portanto, que estas mudanças afetem o conjunto das Forças Armadas, de modo a que cresçam as tensões já visíveis entre a instituição militar e o regime. Mas, em que sentido se encaminham e tendem a se resolver estas tensões? Há quem veja, na atual situação militar, a expressão de um certo cansaço, de um certo desgaste do papel que o regime de 1964 atribuiu às Forças Armadas, ou seja, de garantir um regime antidemocrático, antipopular e antirracional, mantendo, desta forma, uma ordem social injusta. Isto determinaria um gradual afastamento dos militares do centro de decisões da vida política, consagrando, a partir disto, um «retorno aos quartéis», que seria satisfatório tanto para as formações políticas como para as próprias Forças Armadas.

Esta interpretação parece algo simplista. Antes de mais nada, o desgaste do papel repressivo não é algo que tenha se produzido naturalmente. Ele é resultado de uma longa resistência, permanentemente oferecida pelas forças democráticas, que nunca deixaram de denunciar, por todos os meios ao seu alcance, os desmandos e a violência que o regime sempre utilizou contra o povo brasileiro. De outro lado, a tendência, precipitadamente apontada por alguns, da «volta dos militares aos quartéis», não resolve nenhum dos problemas colocados pelo estabelecimento de uma democracia estável no Brasil, e que envolve, como um de seus elementos centrais, as relações entre as formações políticas democráticas e as Forças Armadas.

Não somos, e nunca fomos, partidários de um neutralismo militar abstrato. Pensamos que os deveres profissionais militares, ou seja, a vida dentro dos quartéis, não devem servir de pretexto para um distanciamento das Forças Armadas em relação ao debate dos problemas colocados pelo desenvolvimento econômico, social e político do Brasil. É oportuno, aliás, lembrar que ao longo de nossa história, as forças e grupos que mais permanentemente solicitaram a intervenção militar para a defesa de seus interesses minoritários, foram as mesmas que mais se escudaram no profissionalismo e na neutralidade das Forças Armadas. Ao mesmo tempo, o regime de 1964 sempre buscou, no distanciamento entre militares e civis, no isolamento da corporação militar em relação à sociedade como um todo, a garantia da fidelidade militar ao regime.

Mas a participação dos militares individualmente, e da corporação militar em seu conjunto na vida social e política não pode ser orientada de modo a permitir que as Forças Armadas se transformem num grupo a serviço de interesses localizados, setoriais, minoritários. Acreditamos que a participação das Forças Armadas em qualquer processo social ou político deve preservar o equilíbrio básico indispensável entre os papéis constitucionais fixados democraticamente para elas e a necessidade de participação militar. Isto significa que nenhum partido político ou grupo tem o direito de pretender colocar as Forças Armadas a seu serviço exclusivo, ou transferir para dentro da corporação militar

as clivagens partidárias, pois elas não podem ser o palco ou a arena de conflitos de grupos. A politização das Forças Armadas, ou seja, a sua integração no conjunto político nacional, deve se efetuar a partir de parâmetros outros que a defesa deste ou daquele partido. Este seria, como já vem sendo, um elemento de conturbação do processamento da ordem democrática a que a imensa maioria do povo brasileiro aspira.

O compromisso básico das Forças Armadas é com o desenvolvimento soberano e democrático do país. As Forças Armadas não são e não podem ser alheias aos problemas que o Brasil enfrenta. Nesta medida, é mais que legítimo que elas participem do debate em torno destes problemas. Os cursos de formação profissional, em seus diversos níveis, devem estar prontos a acolher e discutir as propostas e soluções que emanam dos diversos órgãos da sociedade e das próprias Forças Armadas. O processo de formação da opinião militar pode e deve ser influenciado pelos partidos políticos, sem que isto implique, necessariamente, na subordinação da instituição militar a este ou aquele partido.

Mas é evidente também que este debate não pode ser conduzido de modo a pôr em questão a fidelidade militar em relação a uma democracia em que todas as forças políticas e institucionais da sociedade brasileira possam se exprimir livremente. A falta de cumprimento desta norma, que reputamos essencial, é que dividiria as Forças Armadas, permitindo a sua utilização para fins contrários aos interesses do país. Resultaria deste debate, estamos convencidos, uma concepção de segurança edificada em conjunto pelas formações políticas e pelas Forças Armadas, e que seria expressão do livre debate em torno dos problemas nacionais. O que, ao invés de separar e criar zonas de atrito entre militares e civis, permitiria a integração daqueles na ordem democrática de que o Brasil necessita. As lealdades fundamentais da corporação militar seriam assim formadas num processo que identificaria esta corporação com um regime político de livre expressão, reduzindo à área de manobra dos grupos e setores interessados numa ruptura do processo democrático.

Há, hoje, no Brasil, elementos reais que permitem que as Forças Armadas se integrem na luta pelo estabelecimento de um regime democrático. A opinião militar está começando a se dar conta da falência e dos insucessos deste regime nos diversos campos da vida brasileira. O sentimento que se encontra na base desta modificação não é um cansaço da participação militar na vida política desde 1964. É, mais provavelmente, o reconhecimento de que os problemas essenciais do Brasil foram tratados de modo a privilegiar uns poucos em detrimento de muitos. Este reconhecimento pode e deve ser a base sobre a qual se assentem novas relações entre as forças políticas e as Forças Armadas, permitindo o amplo debate e o encaminhamento de soluções majoritárias, dando assim à participação militar um conteúdo e uma qualidade que reverterão em benefício da democracia no Brasil.

P. Gonçalves

Vitória do MDB pode levar à formação do bloco que construirá a democracia

A menos de um ano do fim de seu mandato, Geisel entregou ao Congresso para discussão e votação as famosas «reformas» com as quais manteve o país em suspenso durante mais de quatro anos. O conteúdo e o alcance das medidas propostas pelo governo revelam, entretanto, que a luta pela democracia deve continuar a ser agora, como o foi ao longo de 14 anos de resistência ao regime ditatorial, o ponto comum que permite a unidade de todas as forças interessadas no fim da ditadura em nosso país.

Há duas maneiras de analisar o processo que culminou na elaboração e no envio das «reformas» ao Congresso. Para certos setores, para algumas correntes da vida política brasileira, trata-se simplesmente de uma «auto-reforma», de uma institucionalização da ditadura, que se apresenta vestida de novas roupagens.

Para nós, comunistas, o problema se coloca de maneira distinta. Consideramos que o fato de o governo Geisel apresentar à Nação um conjunto de medidas que limitam, ainda que de modo parcial, o arbítrio do Poder Executivo se inscreve numa dinâmica assinalada principalmente pelo recuo e isolamento do regime e pelo reforçamento do campo oposicionista. Isto significa que o «pacote das reformas» não pode ser entendido como uma simples farsa ou manobra da ditadura. Ao contrário: foi o combate sistemático que as forças empenhadas na luta pela democracia opuseram ao regime que determinou o recuo de Geisel e sua proposta de limitação dos poderes presidenciais.

Evidentemente, achamos que as medidas propostas por Geisel não são de molde a satisfazer as forças democráticas. O «pacote» está muito aquém daquilo que o povo brasileiro exige e tem o direito de alcançar. Geisel foi obrigado a conceder estas medidas pela simples razão de que praticamente ninguém, ou muito poucos, aceita o regime tal qual ele vem existindo, com toda a crueldade e brutalidade do Ato 5. Mas estas medidas não podem satisfazer os democratas. A luta do povo brasileiro não se esgota na «meia-democracia», mesmo que esta «meia-democracia» seja apresentada sob o rótulo pomposo de estado de direito.

As questões essenciais não foram tocadas. O povo continua a não ter o direito de escolher seus governantes. O quadro jurídico-institucional que emerge destas «reformas» não pode ser considerado pelas correntes populares e democráticas como garantindo a existência de um regime democrático. As concessões feitas pelo governo de Geisel não podem, assim, conduzir ao arrefecimento da luta pela democracia. Elas permitem, ao contrário, na medida em que novos espaços são conquistados, o aprofundamento e o desenvolvimento desta luta.

Prosseguir na luta pelo estabelecimento de um regime democrático em nosso país implica, nas condições concretas em que esta luta se trava no momento, e antes de mais nada, num aumento do grau de unidade das correntes e forças que são, hoje, convergentes em torno deste objetivo comum. A frente pela democracia é amplamente majoritária; ela inclui não só as correntes que tradicionalmente vêm se batendo contra o arbítrio ditatorial como também os setores que estão se distanciando cada vez mais do regime, na busca de uma alternativa democrática.

É dentro destes parâmetros que o processo político brasileiro deve ser compreendido. O regime ditatorial está em crise, e em crise profunda. E os sucessivos recuos que ele é obrigado a efetuar são os indicadores mais evidentes desta crise.

A indicação de Figueiredo, referendada formalmente pela convenção da Arena, não conseguiu formar, em torno do regime, o bloco de forças capaz de assegurar com tranquilidade a eleição e o governo futuro do atual candidato. E, como expressão da incapacidade de coesionar até mesmo as Forças Armadas, surge a candidatura do general Euler Bentes Monteiro, cujos pronunciamentos vêm demonstrando que é possível às forças oposicionistas atrair correntes e personalidades de fora de suas fileiras para a luta contra o regime de Geisel-Figueiredo. A questão da sucessão presidencial está, portanto, colocada em termos diferentes, na atual conjuntura. Já se torna possível, nas condições presentes, apresentar uma candidatura que não seja simplesmente de protesto, mas que reflita, em toda a sua expressão, o nível de força e de maturidade que atingiu o movimento oposicionista.

A partir desta visão, somos favoráveis a qualquer candidato que seja capaz de manter e ampliar a unidade das forças de oposição e que se comprometa com o requisito básico do programa destas forças: o estabelecimento de um regime democrático no Brasil. Qualquer candidatura presidencial oposicionista deve, assim, levar em conta não só o episódio da sucessão, como também os desdobramentos futuros da luta contra a ditadura, que não se esgota na eleição, pelo Colégio Eleitoral, de um novo presidente. Uma candidatura oposicionista é, tal como nós a entendemos, uma candidatura que possa representar um pólo de aglutinação contra o regime, que possa acelerar ainda mais a decomposição da ditadura e elevar, por isso mesmo, o grau de integração e de unidade das forças democráticas.

Há vezes que se levantam sistematicamente contra a estruturação da Frente Democrática e que se comprazem em atacar, desta ou daquela maneira, as personalidades que até aqui se dispuseram a concorrer à

presidência contra Figueiredo. Apresentam-se, tais vozes, como partidárias da democracia. Mas, jogando na divisão do campo democrático, no tumulto dentro das fileiras emedebistas, na sabotagem da frente, e lutando para esvaziar as alternativas concretas ao que está aí, fazem o jogo do governo.

Um momento crucial no processo de desagregação do regime e de fortalecimento do campo democrático ocorrerá quando tiverem lugar as eleições legislativas, em 15 de novembro próximo.

As possibilidades de derrotar amplamente o regime serão dadas pela própria marcha dos acontecimentos. Mas a mobilização em torno da participação popular na campanha eleitoral precisa começar agora, desde já. Com os candidatos do MDB escolhidos nas convenções regionais, é preciso ir para as ruas, bairros, fábricas, faculdades, associações. É necessário compreender que, quanto maior for a margem de derrota do governo, maiores serão as dificuldades de manutenção do regime e maiores serão as possibilidades, para a oposição, de encaminhar a formação de um regime que substitua o atual e que prepare a implantação de uma ordem democrática no Brasil.

As emendas apresentadas pelo Senador Franco Montoro são não apenas uma forma de contestar os métodos e as intenções do regime, não apenas a expressão de anseios gerais (contra a Lei Falcão e por eleições diretas), mas, sobretudo, uma oportunidade de conquistar a adesão, para uma ou ambas dessas propostas, de setores da Arena que não suportam mais o grau de arbítrio existente. Sua discussão e votação podem funcionar como balão de ensaio de uma grande composição parlamentar pela democracia que poderá surgir depois das eleições de novembro, caso a vitória do MDB seja suficientemente expressiva.

É possível, efetivamente, o surgimento, a partir das eleições, de um bloco de forças suficientemente poderoso para acelerar a liquidação do regime e abrir uma alternativa viável de exercício de poder para as correntes oposicionistas e democráticas. Tudo depende do empenho com que estas correntes se lançarem à luta. Todos os esforços devem ser desenvolvidos para que se obtenha uma vitória maciça dos candidatos da oposição. Todas as iniciativas no sentido da arregimentação popular indispensável a esta vitória devem ser acolhidas e estimuladas.

A Arena tem muito pouco a oferecer ao eleitorado. É, hoje, um partido dividido e que arca com o ônus cada vez mais pesado do apoio ao regime. A força da pregação oposicionista advirá da firmeza com que ela se apegar às coisas mais simples e mais desejadas. Em primeiro lugar, à luta pelo estabelecimento de um verdadeiro regime democrático.

Insistimos: a melhor maneira de interferir positivamente na marcha da vida política, hoje, é levar para as ruas, em todo o país, a campanha eleitoral. Esta é também a maior garantia contra as ameaças que sempre surgem em tais períodos e para tornar desaconselháveis certas soluções «fáceis», ou seja, de arbítrio. O MDB e setores da Arena que desejam deslocar-se da camisa de força do regime podem ser chamados a desempenhar um papel crucial após as eleições. Em última análise, tudo depende da força com que o MDB sairá das urnas.

Carter, a agressividade do imperialismo e o problema da paz mundial

«Não obstante as mudanças na correlação de forças que se vêm processando em escala mundial e no interior das sociedades de diversos países capitalistas, a política do imperialismo continua sendo uma política agressiva e que procura, por todos os meios ao seu alcance, barrar o avanço das forças progressistas e democráticas (...).

«(...) É neste contexto que se deve compreender a chegada de Carter à presidência. É ainda em função desses fatos que se pode explicar o caráter aparentemente contraditório de sua política. Trata-se essencialmente de salvaguardar e, se possível, reforçar os interesses mundiais dos círculos imperialistas dos EUA. E, também, de tentar restaurar uma certa imagem da nação americana, atendendo a uma pressão latente da opinião pública, desejosa de ver estabelecida na vida nacional e na administração uma moralidade, ligada às melhores tradições do povo americano, que esta sucessão de episódios (Vietnam, Watergate) demonstrou não existir. É claro que, nestas condições, a política levada a cabo por Carter, refletindo a diminuição de sua margem de manobra, não pode deixar de apresentar aspectos formalmente contraditórios: declarações que por vezes vão ao encontro de algumas das aspirações das correntes democráticas no mundo alternam-se a recuos e tomadas de posição que exprimem o real conteúdo dos interesses que movem o governo americano».

Assim abordava o Comitê Central, em duas passagens da Resolução Política que aprovou em dezembro de 1977, a política do maior centro imperialista. Desde então, o fenómeno só fez ficar mais evidente.

Fica cada vez mais claro, por exemplo, que a exploração propagandística dos processos dos dissidentes soviéticos visa a colocar os países socialistas na defensiva e a encobrir a agressividade da política imperialista. Certo tipo de hipocrisia acaba sendo desmontado na própria matriz («casa de ferro, espeto de pau»), como foi o caso com as declarações do embaixador Andrew Young: «Em nosso país há centenas, talvez milhares de — eu os chamaria assim — prisioneiros políticos».

Diga-se, a bem da verdade, que a tradição é antiga, de Saco e Vanzetti ao casal Rosenberg, de Angela Davis aos Dez de Wáshington. Mesmo assim, Andrew Young aparentemente precisou da «proteção» da associação dos deputados federais negros para não sair chamuscado do episódio: fizeram saber que a comunidade negra romperia com a administração Carter se ela fosse demitido. As contradições...

O problema, porém, posto de lado os inevitáveis momentos de coincidência e ironia, é sério, porque há conflitos militares graves em curso. As provas da agressividade da política do imperialismo não escasseiam: vários pontos da África, Oriente Médio, Extremo Oriente. E a paz mundial sofre ameaças.

O Conselho Mundial da Paz, reunido em Moscou este mês, divulgou um apelo cuja significação essencial é: «Defender as conquistas da distensão e impedir um retorno à guerra fria».

No apelo, aprovado por personalidades e organizações de 82 países, o Conselho Mundial da Paz ressalta a gravidade das decisões tomadas pela OTAN, que, em fins de maio, aprovou «um programa de longo prazo para o desenvolvimento de armamentos: cujas dimensões não têm precedentes». Trata-se, na opinião do Conselho, de um desafio às forças da paz, tanto mais quanto «os resultados positivos da assembleia extraordinária da ONU (sobre o desarmamento) abrem novas perspectivas às negociações destinadas a pôr fim à corrida armamentista e a reforçar a distensão».

O Conselho denuncia ainda que «não se renunciou a fabricar e instalar as bombas de nêutrons» e condena «as tentativas de diversos países no sentido de alargar a esfera geográfica de utilização do aparelho militar da OTAN (em particular na África)».

Depois de chamar a atenção de todas as forças pacíficas para a gravidade da situação que existe hoje, o Conselho reitera que está disposto a «cooperar (...) com todas as forças pacíficas, os movimentos de massas e as organizações não-governamentais». E conclama:

«Juntos, obtenhamos a convocação rápida de uma conferência mundial sobre o desarmamento, destinada a adotar medidas concretas pelo desarmamento completo e universal. Juntos, levantemos barreiras às novas aventuras coloniais; obtenhamos a liberação definitiva dos povos de regimes racistas e das sequelas do colonialismo; de todas as formas de intervenção e de dominação imperialistas».

VISÃO REALISTA - Por seu turno, o diretor do Instituto Soviético dos Estados Unidos, acadêmico Gueorgui Arbatov, publicou na tribuna internacional do vespertino francês, *Le Monde* (20-7-78) um artigo — Não há alternativa à distensão — em que alinha dados e argumentos cujo realismo não pode ser contestado.

Eis a tradução desta interessante intervenção:

«Aparentemente, certas pessoas decidiram, nos Estados Unidos, que o Vietname e Watergate devem ser esquecidos. Assim, raciocinam, pode-se voltar às posições caracterizadas por uma política mais expansionista, mais agressiva e dura. Uma política que, diferentemente da política de distensão, é considerada «normal» por tais americanos.

Os que crêm na possibilidade de voltar ao passado esquecem que o após-guerra, até o fim dos anos 60, foi um período excepcional para os EUA. Seus principais concorrentes haviam sido eliminados, no plano econômico. Estavam bastante enfraquecidos no plano político. Só a economia americana reforça-

ra-se durante a guerra. Foi então que começou-se a sonhar com um «século americano» e, de modo mais ambicioso, com a «direção» americana do mundo. Mas, como mostraram os acontecimentos posteriores, tratava-se igualmente de um período excepcional na história das relações internacionais e na história política dos próprios Estados Unidos, um período excepcional que jamais retornará.

É verdade que os EUA são um país poderoso, tanto do ponto de vista econômico como do político. Mas o mundo, hoje, chegou a uma situação em que o orgulho e o *diñer*, os «métodos de força» não correspondem mais, em todas as partes do mundo, às novas realidades.

A África é, deste ponto de vista, um exemplo convincente. A primeira vista, a intervenção na província zairense do Shaba foi realizada sem grandes dificuldades. Mas, trata-se de um verdadeiro sucesso? Os «métodos de força» podem resolver, minimamente que seja, os problemas que se colocam? Não. Se esta política deu em nada antes, ela dará em nada hoje.

As novas realidades aparecem igualmente em outros terrenos — por exemplo, no plano militar. Se, ao longo de décadas, enquanto a União Soviética era bem mais fraca, econômica e tecnicamente, do que hoje em dia, os Estados Unidos não puderam, forçando a corrida armamentista, dispor da vantagem militar que lhes teria permitido impor sua vontade à URSS, que esperanças podem ter atualmente? A política da força não oferece nenhuma possibilidade real e racional de resolver os problemas com que se defrontam os Estados, inclusive os EUA.

Nos últimos anos, uma importante virada para melhor se produziu no que diz respeito a numerosos problemas. O diálogo começou. Se a parte americana mostrar-se razoável, novos acordos serão possíveis. Inclusive sobre um problema central como a limitação das armas estratégicas. Há dez ou doze anos, seria difícil imaginar a possibilidade mesma de conversações sobre questões tão sensíveis e tão importantes, que tocam o âmago do problema da segurança dos dois países.

A distensão não nasceu de um capricho, ela não é o resultado dos bons desejos de quem quer que seja. Ela existe porque, como se pode ler em importantes documentos conjuntos soviético-americanos (embora seja verdade que a atual administração não tem uma atitude bem precisa em relação a estes documentos), não há, no século nuclear, alternativa razoável à coexistência pacífica. Será que alguma coisa mudou quanto a esta maneira de ver as coisas?

Infelizmente, a política dos Estados nem sempre é razoável, nem sempre responde aos verdadeiros interesses de seus povos. A história mostra que o abandono de uma política razoável é carregado de sérios perigos. Isto diz respeito também às modificações que aparecem hoje na política dos Estados Unidos.

Não se pode ficar passivo diante destes problemas. A posição soviética foi claramente expressa: continuaremos a lutar pela distensão e pelo desarmamento. Os dispositivos do documento soviético-americano de 1972 sobre as bases das relações entre os dois países, que dizem não existir uma alternativa razoável à coexistência pacífica, continuam inteiramente válidas. E serão cada vez mais importantes».

Convite a pensar o futuro sem voluntarismo

As condições em que se processa o fenechimento da ditadura tornam muito respeitável a proposta de um período de transição através do qual se chegue a um regime democrático, estruturado sobre um amplo pacto social e político antifascista. Como vai ser o regime que sucederá a ditadura, se haverá ou não o momento de transição, e com que características, tudo isto não passa hoje de indagações, hipóteses, conjecturas.

O que se poderia dizer, hoje, das condições em que se daria o combate social e político num tal processo de transição e no novo regime? A resposta, evidentemente, é: depende. Depende dumha série de fatores, alguns dos quais identificáveis e avaliáveis, outros parcial ou inteiramente imponderáveis.

Muito bem, dirá o leitor, mas se a resposta é «depende», para que fazer a pergunta? E por que tratar disso agora, se a ditadura ainda está aí, padecendo de enfermidade mortal, segundo o diagnóstico geral, mas ainda viva?

Não pense, caro leitor, que nosso objetivo é o de distrair a atenção do combate pelo fim da ditadura para problemas mais remotos, divagações ociosas, especulações sem compromisso e sem finalidade. A verdade é que, em certa medida, o exercício do trabalho com hipóteses do futuro pode ser bastante útil para ajudar a compreender melhor o presente e suas opções. Ainda mais porque ele se baseia no exame do passado (como pensar o presente, e o presente «à luz do futuro», sem recorrer a este método, sem levar em conta as lições da história, tais como nós podemos percebê-las com nossa consciência atual? Algo a propor em substituição ao materialismo histórico?).

As prospecções devem ser feitas com grande escrupulosidade, sem pretensões exageradas. O pensamento idealista em uma vertente «perplexa», que considera impossível qualquer previsão, é uma vertente voluntarista, que supõe ser possível conformar a vida social às idéias e aos planos (Hitler falou em «Reich de mil anos», não é mesmo?). Também o materialismo, quando é abordado de forma dogmática, pode abrigar (inevitavelmente, sabemos melhor hoje) a dúvida paralisadora e, sobretudo, previsões «infalíveis» nos menores detalhes, afirmações excessivamente categóricas sobre o que vai (fatalmente, inelutavelmente, implacavelmente etc.) acontecer.

Então, é preciso reafirmar com energia que a vida não segue nossos planos e previsões, não é obrigada a obedecê-los. Prever e planejar é vital para agir como força consciente, mas não significa fabricar esquemas que substituam a análise concreta da situa-

ção concreta. Quando isto acontece e nós nos agarramos aos esquemas, a vida segue e nós ficamos.

PERSPECTIVAS REALISTAS - Quando uma situação contra-revolucionária é vencida, as forças democráticas e populares têm no seu ativo, além de sua implantação «estrutural» na vida política e na sociedade, o papel que desempenharam no processo de derrota da contra-revolução no poder. Mas têm no seu passivo todos os anos de repressão, de violência, de intimidação das massas, de bombardeio ideológico. E, ainda, todos os espaços que não puderam ocupar, toda a ampliação que não puderam realizar, todo o trabalho que deixou de ser feito.

A nova situação é vivida sobre os escombros daquilo que ruíu na anterior e em meio aquilo que permaneceu. O movimento da vida política e social vai determinar a evolução posterior. Neste movimento, há momentos de grande tensão, em que várias hipóteses são possíveis e em que o desempenho concreto dos diversos atores, suas relações, seus choques políticos e sociais podem determinar, em extensão e profundidade variáveis, as linhas do futuro.

Não foram poucas as vezes em que, após um extenuante combate contra uma ditadura feroz ou um invasor estrangeiro, as massas populares, as forças democráticas viram-se obrigadas a encetar novas lutas de resistência para não recuarem, não perderem as posições conquistadas.

Isto aconteceu na Itália, após a derrota do fascismo pela luta armada de Libertação nacional. A burguesia estivera largamente comprometida com o fascismo. Alguns acreditaram que a queda deste ser-lhe-ia fatal. O partido comunista, que fora até o início da resistência contra o invasor alemão um pequeno grupo de militantes clandestinos, exilados ou na prisão (apesar da força do movimento socialista), crescera vertiginosamente: 1943, 15 mil militantes, 1944: 500 mil, 1947, cerca de 2 milhões. Com tudo isto, as classes dominantes conseguiram recompor-se rapidamente, interromper o expurgo dos fascistas dos quadros administrativos, expulsar comunistas e socialistas do governo e iniciar um processo, que durou cerca de seis anos (até 1953), em que tentaram encostar as forças populares contra a parede. Foi preciso muita luta para não perder posições, para impedir a ruína daquilo que fora construído pelo esforço comum antifascista.

Isto aconteceu na Grécia, na mesma época, e aí as forças populares foram dramaticamente derrotadas. Aconteceu também na França, no Brasil, está acontecendo em Portugal. Como acontecera (mas sempre *mutatis mutandi*) na jovem União Soviética. O que teria sido feito da primeira nação socialista se Lenin não tivesse sabido conduzir duas operações vitais de retirada: no plano externo, aquela que resultou no compromisso da paz de Brest-Litovski, assinada com o Kaiser alemão; no plano interno, o compromisso com as forças capitalistas internas, que ficou famoso sob o nome de NEP (Nova Política Económica)? Talvez a história tivesse segui-

do um rumo muito diferente se o jovem poder operário não houvesse conseguido consolidar certas posições básicas.

Quando examinamos casos mais recentes, constatamos, por exemplo, que o Partido Comunista da Espanha saiu de 40 anos de luta contra o franquismo com pouco mais de 8% dos votos. O PC português chegou também, num dado momento, a este patamar mínimo (ambos recuperaram-se ou progrediram). Na República Dominicana, após 13 anos de ditadura que foi instalada pelo imperialismo americano, o partido comunista ficou na faixa de 1%, nas recentes eleições presidenciais (que foram competentemente manipuladas, é claro: mas isto faz parte da vida política). No Peru, uma frente de esquerda heterogênea obteve o dobro das cadeiras obtidas pelos comunistas na Constituinte.

Observações parciais, negativistas? Talvez. Dado o curto espaço de que dispomos neste artigo, selecionamos deliberadamente problemáticos ou negativos. Ou será que só são negativos, em alguns casos, sob uma ótica voluntarista?

Seja como for, realismo e eficiência política dão frutos: em Portugal e na Espanha, por exemplo, os partidos comunistas fizeram um grande esforço para consolidar as conquistas no terreno da organização dos trabalhadores. A Intersindical portuguesa resiste às pressões e manobras das forças divisionistas e as Comissões Operárias espanholas obtiveram uma nítida vantagem nas recentes eleições sindicais.

Em todos os momentos citados, de 1918 a 1978, o dedo do imperialismo se fez presente. E como! Ele continua existindo e agindo. Não é incapaz de adaptar-se às novas realidades. Sabe combinar as mais variadas formas de intervenção.

NOSSA REALIDADE - Os democratas, todas as forças e pessoas progressistas de nosso país precisam, desde já, ter consciência de que a luta para garantir um novo regime, estabelecido com base num pacto democrático, poderá ser até mais difícil, sob certos aspectos, do que a luta para chegar a ele, que não é e não será nada fácil.

Ter consciência de que certas conquistas essenciais terão de ser preservadas e consolidadas a todo custo, sob pena de sofrermos regressões de efeitos nefastos. Defendê-las significa lutar para ampliá-las sem cessar.

Ter plena consciência da necessidade de isolar cada vez mais a extrema direita, os fascistas, as forças da violência e do terror (sem ter uma visão linear; há sempre altos e baixos, avanços e recuos). Ou seja: da necessidade de estabelecer um amplo sistema de alianças, cujas necessárias modificações de composição se dêem num sentido progressivo, ampliando-o.

Disto e de muita coisa mais. Um momento: estávamos falando do futuro ou estamos falando do presente? Mas será que faz tanta diferença assim...? Enfim, podemos querer garantir algum futuro sem começar a construí-lo desde já?

G. de Sá



O museu do incêndio: quase 900 obras perdidas

Pela reconstrução do Museu

Lamentamos profundamente o piedoso incêndio que reduziu a cinzas o acervo e as instalações do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Jornal popular, incorporamos-nos à consternação geral diante deste acontecimento, que priva nosso povo, e em particular o povo fluminense, de um patrimônio inigualável. Patrimônio que ele nem sequer pudera ainda apreciar devidamente, mas que, em última instância, decorre de sua existência e lhe pertence.

Queremos manifestar nossa solidariedade ao mundo cultural brasileiro, abalado por esta tragédia, ao povo e aos homens de cultura uruguaios, que perderam grande parte da obra de Torres Garcia no sinistro.

Todos os esforços destinados a fazer ressurgir o MAM dos escombros têm o nosso apoio. O movimento que, seguramente, se desenvolverá neste sentido será também um passo a mais para aproximar homens de cultura e povo, nesse nosso país onde as coisas da cultura são vistas pelos donos do poder com desinteresse, desprezo, preconceito, ódio. País onde a ideologia dominante veicula e prega o culto dos valores medidos em dinheiro.

Ao mesmo tempo, consideramos que as diversas esferas de governo, do município à União, não podem fugir aos seus mais elementares deveres diante dos enormes problemas que estarão ameaçando a existência e o funcionamento do MAM. A administração pública sobreviverá à ditadura e não pode se comprometer com a política anticultural estreita do fascismo. Os interesses nacionais — e poucas vezes a expressão pode ter um sentido tão profundo como nesse caso — precisam ser levados em conta. Todas as pressões exercidas nesta direção, de fora e de dentro da máquina administrativa, são legítimas e benéficas.

Em futuro que esperamos não tarde, quando a ditadura tiver sido substituída por um regime democrático, os esforços pela preservação e pelo desenvolvimento do patrimônio artístico e cultural brasileiro serão multiplicados por mil. A participação crescente do povo nos processos decisórios significará também um avanço da cultura. Significará, por definição, a ampliação do espaço tão pequeno hoje concedido à cultura na vida nacional.

SBPC faz sua 30ª reunião

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que comemora este ano o 30º aniversário de fundação, realizou em S. Paulo, de 9 a 15 de julho, sua reunião anual, sob o tema central *Fronteiras do Conhecimento*.

Mais de 1800 trabalhos inscritos nas diferentes disciplinas científicas foram discutidos durante a reunião por cerca de quinhentos participantes, entre cientistas, técnicos, professores e estudantes.

Na sessão inaugural, foi aprovado o envio de mensagem ao governo exigindo anistia para os professores e cientistas afastados das Universidades e Centros de pesquisa pelos atos institucionais. No decurso de mesas redondas e simposios organizados durante a reunião, vários dos mais eminentes cientistas da área de ciências humanas tiveram oportunidade de expor suas análises da situação social, política e econômica do país. Houve unanimidade na definição da normalização democrática como sendo a aspiração mais profunda e generalizada da sociedade brasileira na conjuntura atual.

Um incidente, entretanto, marcou a Assembléia Geral de encerramento, após a apresentação ao plenário de uma mensagem enviada pelo professor Máuricio Rocha, onde o mesmo solicitava a demissão do prof. Oscar Sala do cargo de Presidente da SBPC. O prof. Máuricio Rocha, Presidente de Honra da Sociedade, invocava o mal-estar criado entre cientistas e universitários depois do encontro havido entre o prof. Sala e o general Figueiredo, onde o dirigente da SBPC teria assegurado o apoio desses cientistas e universitários ao governo do ex-chefe do SNI. O prof. Sala ainda tentou contrapor-se à proposta, alegando ter visitado o candidato a «presidente» não como representante da SBPC, mas em termos puramente pessoais. A repercussão da denúncia já se havia, no entanto, manifestado de forma muito contundente entre participantes do encontro.

O Conselho da Sociedade deverá se reunir proximamente para decidir da convocação de novas eleições para a diretoria da SBPC.

Luis Lara

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE VOZ OPERÁRIA



Chico e sua filha Silvia

Queremos ouvir as músicas censuradas

A música popular brasileira tem desempenhado, na vida cultural do nosso país, um papel de excepcional importância. Sua influência se estende a áreas da população situadas muito além das fronteiras da estreita faixa dos leitores de livros. Não só os milhões de analfabetos e semialfabetizados, mas também os milhões de brasileiros pobres que não têm dinheiro para comprar livros — colocados, portanto, à margem do público leitor — reconhecem-se nos nossos ritmos, alimentam-se espiritualmente com as nossas canções e, para dizê-lo numa linguagem moderna, *curtem o nosso som*.

Não é certamente casual que o nosso povo se reconheça na nossa música e que tanta gente a consuma, tão amplamente. Numa vida cultural sufocada por mecanismos alienadores e «elitistas», onde a literatura sempre foi monopólio de camadas privilegiadas mais ou menos «anêmicas», a música popular brasileira representa uma das poucas formas de expressão artística da massa trabalhadora que conseguiram se impor de «baixo» para «cima»: sem jamais renegar suas profundas raízes populares, ela superou poderosos obstáculos, venceu tenazes resistências e, literalmente, conquistou o país inteiro.

Dos círculos de trabalhadores portuários, de ex-escravos negros, o samba, a batucada, a marcha penetraram nas favelas, desceram à cidade, dominaram as festinhas, ocuparam as ruas e os botecos, até conquistarem as camadas médias, a burguesia, os intelectuais e o mundo da chamada «alta cultura».

Esse caminho foi cheio de acidentes. Houve, evidentemente, momentos nos quais a música popular permaneceu mecanicamente «grudada» na circunstância que a inspirava e não conseguiu superar certa estreiteza «provinciana», não conseguiu transpor os limites de uma certa superficialidade «pitoresca»; mas, em geral, sua trajetória foi se enriquecendo, cada vez mais nitidamente, com êxitos artísticos notáveis. Tratando dos mais variados temas, refletindo os mais variados aspectos e as mais diversas contradições da vida nacional, exprimindo «vivências» surpreendentemente ricas e

nuançadas da nossa gente, a música popular brasileira conseguiu, em suas obras-primas, se elevar a uma dimensão estética significativa à qual não falta *universalidade*.

Temos, por conseguinte, uma MPB que se desdobrou, vitoriosamente, numa gama muito variada de linhas de criação estética, assimilando ritmos de distintas proveniências regionais e sociais; que, por assim dizer, conferiu dignidade às «dores de cotovelo», às «conversas de boteco», às digressões boêmias e a banais acontecimentos da vida cotidiana. Em seu vigoroso *impeto democrático*, ela destruiu toda uma série de preconceitos e demonstrou a vitalidade criadora do nosso povo.

Por outro lado, exatamente por sua variedade e por sua vitalidade, a MPB não poderia deixar de se ocupar de temas políticos e crítico-sociais. Já em 1909, uma marchinha, gravada como polca, fustigava os aduladores que cercavam o senador Pinheiro Machado; *Pega na chaleira*. De lá para cá, os nossos compositores nunca deixaram de satirizar os políticos, os detentores do poder: o Marechal Hermes foi vítima do saudável humor da MPB em 1914 (*O Filomena*), Ruy Barbosa em 1920 (*Papagaio louro*), Arthur Bernardes em 1921 (*Seu Mé*), Nilo Peçanha em 1922 (*Goiabada*), e assim por diante.

Também na faixa da crítica social e da crítica dos costumes a MPB já conta com uma rica tradição. Quando, no começo dos anos trinta, por exemplo, os norte-americanos monopolizaram o mercado exibidor do cinema no Brasil, dois compositores — os hoje legendários Noel Rosa e Assis Valente — não deixaram de ridicularizar a moda da inclusão de palavras em inglês nas conversas entre brasileiros (uma moda resultante da investida do imperialismo estadunidense).

Não é este o lugar para fazermos um balanço dessa tradição, que contribuiu substancialmente para a riqueza da MPB. Limitemo-nos a assinalar que, nos anos que precederam o golpe de Estado de 1964, estavam se realizando, sobretudo em torno do movimento estudantil, interessantes tentativas de sintetizar em «canções de protesto» tanto a dimensão crítico-social como a

dimensão política. E essas experiências ficaram prejudicadas pela repressão instaurada pelo regime implantado em 1964 (uma repressão que se radicalizou muito a partir de 1968).

No momento em que a elevação do nível de combatividade das massas está forçando o regime a recuar e está ensejando a reconquista para a vida cultural de áreas de liberdade que tinham sido brutalmente sacrificadas, torna-se significativa a luta pela recuperação dessa vertente crítico-social e, ao mesmo tempo, crítico-política, que vinha se definindo já nos anos 50 e que foi severamente golpeada pela ditadura.

Não podemos deixar de aproveitar o recuo da censura para exigir a *liberação de todas as músicas cuja difusão foi proibida pela repressão*. Não podemos deixar de reivindicar energeticamente a criação de condições que permitam aos artistas interessados a retomada e o desenvolvimento de uma direção «engajada» que já se tornou parte inalienável da MPB.

Seria absurdo que se tentasse impor aos artistas o empenho obrigatório numa luta política que, eventualmente, pode não estar interessando de modo profundo alguns deles: há muitas dimensões da experiência humana a serem exploradas pela arte. Mas, por outro lado, é inadmissível que se pretenda excluir dos direitos do artista determinadas formas e determinados níveis de «engajamento».

Para citar apenas compositores falecidos, verdadeiros «clássicos» da música popular brasileira que têm obras ainda hoje proibidas pela censura, lembráremos os nomes de Lupicínio Rodrigues e Wilson Batista.

A MPB nunca deveu nada ao Estado. O Estado nunca a ajudou e em muitas ocasiões se empenhou em dificultar-lhe a vida. Uma evidência disso se encontra exatamente nas proibições baixadas pela censura, de um lado, e na escassez numérica e pobreza de recursos das escolas de música, de outro. (Nunca um país que ama tanto a música teve tão poucas possibilidades materiais para estudá-la sistematicamente; a inventiva do povo precisou compensar essa carência criando instrumentos baratos, fáceis de fabricar, como o pandeiro, o tamborim, a cuica, a faca e o prato, as panelas e a caixa de fósforos). Além disso, o Estado nunca tomou nenhuma medida concreta de proteção à MPB na competição que ela é obrigada a travar, em condições desvantajosas, nos quadros das emissões radiofônicas manipuladas, nos quadros da produção monopolizada de discos, contra as chamadas «multinacionais», quer dizer, contra os trusts da «indústria cultural». Foi preciso, contudo, que se instalasse no país um regime de tipo fascista, como esse que nos tem desgraçado nestes últimos 14 anos, para que a ação do Estado chegasse a causar tantos transtornos à música popular brasileira, para que nós chegássemos a ter tantas composições sumariamente proibidas.

A liberação dessas composições é o mínimo que podemos exigir, para a MPB, no momento atual. É natural que cada um de nós se reserve o direito de julgá-las esteticamente ou politicamente, que as aplauda ou até eventualmente as possa vaia, depois de ouvi-las, mas não podemos abrir mão do nosso direito preliminar de escutar todas essas canções que o arbítrio da ditadura está nos roubando.

Crise não é recessão e sua solução depende da luta de classes

Os termos *desaceleração*, *recessão* e *crise* estão sendo empregados como sinônimos para definir o atual momento da economia brasileira. Um esclarecimento sobre estes conceitos é necessário para nos aproximarmos da compreensão do capitalismo brasileiro.

Desaceleração e *recessão* são conceitos bastante indefinidos, pois apenas descrevem uma tendência à queda dos índices de atividade econômica (principalmente do PIB e seus principais componentes: produto industrial, produto agrícola, etc.). *Crise* é, entretanto, um conceito bem mais definido, já que designa o ponto em que a diminuição dos principais indicadores da atividade econômica nacional significam desequilíbrios e rupturas nas condições essenciais do processo produtivo. Desequilíbrios e rupturas entre meios e fins (no aspecto material: entre partes ou setores da produção, e, sobretudo, no sentido social, entre os agentes e os pacientes do processo) que não podem ser conciliados sem mudar — parcial ou totalmente — as condições gerais de funcionamento do capital global.

No caso brasileiro, a crise deve ser explicada considerando-se vários níveis e processos inter-relacionados em toda a sua complexidade.

1. A incompleta industrialização monopolista dependente, ao conceder o papel propulsor da economia à produção de bens duráveis de luxo (o que corresponde ao regime de propriedade e à escala de prioridades sociais imperantes no país), comporta um desequilíbrio permanente, e cada vez mais insustentável, entre esses tipos de produção — e de modo mais geral entre indústrias de transformação e indústrias de equipamento. Esta desproporção torna cada vez mais conflitivo o processo reprodutivo nacional, porque torna-se duvidoso que os interesses dominantes mudem sensivelmente as prioridades em favor da produção de bens de capital e bens intermediários, como meio de substituir importações e economizar divisas. Na prática, a porcentagem das importações no produto interno continua se elevando, porque os principais tipos de produção substitutiva de importações estão em mãos de filiais de empresas estrangeiras, cujas operações levam mais divisas para o exterior do que o contrário.

2. A necessidade de impulsionar a produção de bens intermediários e de equipamento é aproveitada pelas corporações monopolistas internacionais para aumentar sua presença e seu controle na economia brasileira.

Estas corporações internacionais aplicam uma estratégia própria em relação a investi-

mentos, tipo de produtos, divisão de trabalho entre suas filiais, trocas, movimentos monetários, transferência de tecnologia. Uma estratégia que ignora as necessidades de desenvolvimento equilibrado das economias independentes.

A estruturação deficiente da economia brasileira também se manifesta no desenvolvimento desproporcionado do setor improdutivo, nas atividades especulativas com mercadorias, imóveis e dinheiro. O alto «preço» do dinheiro (juros) passa a ser o principal critério da «racionalidade» econômica.

3. A inflação estrutural da economia brasileira, em parte estimulada — e camuflada — pela inflação «importada» (via preços das importações, juros e serviços pagos ao exterior) tem um papel particular no caso brasileiro.

No Brasil, as altas taxas de inflação corresponde a desarticulação entre a esfera produtiva e a esfera improdutivo, o que está na origem de um «circuito perverso»: a queda tendencial da taxa de lucro no setor produtivo não-monopolista estimula, continuamente, uma tendência ao desvio de dinheiro para o setor improdutivo — particularmente para especulações imobiliárias e financeiras — e, como consequência disto, um nível exorbitante de taxas de juro.

Em geral, a inflação não só serve para garantir super-lucros ao capital monopolista em nosso país, como também para camuflar e desviar os desequilíbrios e contrastes econômicos — e portanto a crise —, em prejuízo dos setores sociais com capacidade de pressão no mercado escassa, ou nula. A inflação, deliberadamente manipulada pelas empresas oligopolistas (via preços) e pelo Estado a seu serviço, permite subtrair aos assalariados uma parte ou todo o aumento do salário nominal, criando-se, assim, um movimento em espiral, onde os preços vão sempre adiante dos salários.

A inflação converteu-se, de fato, numa nova forma de crise. A inflação cumpre o papel da crise: reduz o valor das dívidas das empresas com o Estado, os custos da mão-de-obra, a poupança dos particulares, operando uma redistribuição das rendas em favor dos super-lucros e em prejuízo dos salários. Com isto «regula», ao mesmo tempo, as relações sociais.

4. A crise dos mecanismos funcionais do capitalismo internacional tem a sua superação cada vez mais difícil. Os «centros» do capitalismo financeiro internacional (EUA, Japão, Alemanha Ocidental e os outros membros da CEE) se degradam pelas suas posições e privilégios na divisão internacional do trabalho, que tão conflitivamente está

sendo reformulada, em prejuízo, como sempre, da «periferia».

Frequentemente o processo econômico brasileiro — e seu estado atual de indeterminação e crise — é descrito em termos exclusivamente quantitativos de involução das taxas de produção e dos saldos das contas do país com o exterior, esquecendo-se as causas e consequências sociais destes fenômenos. Nessa visão dos fenômenos de superfície se inscreve também a idéia de que a crise do esquema econômico teria uma origem principalmente externa. É essa visão geográfica que leva à separação mecânica dos aspectos internos e externos da economia. Na atual fase de internacionalização dependente do capitalismo brasileiro não existe separação nítida entre essas dois aspectos do sistema. Isto não diminui o significado determinante dos «centros» imperialistas no controle dos capitais, na formação dos preços externos e internos, na implantação de tecnologias, nos circuitos comerciais e financeiros. Os determinantes exógenos articulam-se hoje com o processo reprodutivo interno, através das empresas estrangeiras, dos créditos exteriores e dos intercâmbios. É a distinção entre o externo e o interno interessa, sobretudo, para determinar: 1) as forças hegemônicas que comandam a economia capitalista mundial; 2) os mecanismos reguladores — e reformuladores — das estruturas econômicas nacionais e dos blocos burgueses dominantes e associados. O funcionamento e a crise do mecanismo capitalista brasileiro só podem ser entendidos e explicados como a unidade do processo de produção e do processo de circulação, do interno e do externo, de um todo: o processo de valorização do capital.

Na presente fase do capitalismo brasileiro, são, sem dúvida, as multinacionais e seus associados locais, os que determinam as principais opções econômicas. São elas que decidem questões fundamentais, tais como o tipo de produção, a localização e o funcionamento das empresas, o tipo de tecnologia, o volume e a estrutura do emprego e as formas de organização do trabalho. Entrelaçadas com o Estado, essas empresas definem a estrutura econômica que elas mesmas lideram, e dispõem dos privilégios exorbitantes consequentes de um poder econômico desproporcional e de uma influência sobre a política do Executivo que nenhum outro grupo burgues pode, sozinho, disputar-lhes.

Na verdade, a articulação e dependência recíprocas entre os problemas econômicos e sociais, entre os aspectos internos e externos dos mesmos, é tão complexa e tão forte, que não servem as «soluções» isoladas. Uma mudança no lugar da economia brasileira dentro da economia internacional estará ligada a novas prioridades sociais. Por isto, as soluções da crise são, antes de mais nada, soluções políticas, resultantes da luta de classes, das alianças que agem — num sentido progressista — sobre as principais contradições do sistema capitalista brasileiro.

R. Paulo

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE VOZ OPERÁRIA